

SUJEITOS INVISIBILIZADOS:

Os atores da História e cultura afro-brasileira nos livros didáticos de História (PNLD/2008).

AMAURI JUNIOR DA SILVA SANTOS¹

INTRODUÇÃO

A relevância deste estudo não reside apenas nos aspectos legais que nos impõe a Lei, mas sim na dupla significação, que o estudo desse continente nos oferece. Estudar África e a história dos africanos trazidos na diáspora para a então colônia portuguesa é estudar a própria história da formação do país e é trilhar outro caminho para entendermos a nós mesmos, para que então possamos respeitar nossas diferenças e orgulharmos de nossas raízes. Pois, como sugere a historiadora Mônica Lima (2006), à África é parte indissociável da história da humanidade, assim como, faz parte de nós, não importando nossa origem familiar pessoal.

Segundo o documento das *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais*, “o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da *identidade*, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas”.

Após mais de dez anos da implantação da lei n. 10. 639/03 o tema ainda é polêmico e a legislação não é devidamente aplicada. A lei promulgada em 2003 regulamentou a obrigatoriedade do ensino da “História da África e da Cultura Afro-brasileira” nas escolas de ensino fundamental e médio, oficiais ou particulares, que deveriam incluir em seus currículos o estudo da História do continente africano e das suas sociedades, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica, cultural e políticas pertinentes à História do Brasil, além do seu

desdobramento para a formação de professores. É ainda importante ressaltar que a lei n. 10.639/03 modificou o art. 26 da Lei de diretrizes e Bases da educação Nacional (LDBEN/1996).

Tendo em vista esses apontamentos, ecoa algumas questões, tais como: quem são os sujeitos que fazem/participam da história do Brasil? São todos aqueles que morreram pela causa abolicionista? São os anônimos que foram traficados, os quais provavelmente nunca, ouvimos ou ouviremos falar? São números que friamente são tabulados para traduzir o “horror” do infame comércio (como foi chamado o tráfico de escravos africanos) e da escravidão negra no Brasil?

ENTRE SILÊNCIOS E EXPLOSÕES DISCURSIVAS: *NARRATIVAS DIDÁTICAS SOBRE AFRICANOS E AFROBRASILEIROS.*

Se por um lado ficou claro para os pesquisadores que se inclinam sobre o continente africano, que este não deve ser tratado de forma homogênea e simplificado, o mesmo não tem acontecido na perspectiva de entender a presença dinâmica e ativa dos africanos e afro-brasileiros na construção do Brasil. O que temos visto é uma história submersa em uma perspectiva elitista branca, que quando da vez a esses atores obliterados, transitam por lugares comuns e temas já debatidos. Cerca de 11 milhões de africanos foram escravizados, destes, aproximadamente 40% foram trazidos para o Brasil na maior diáspora registrada, durante mais três séculos.

Os dados são expressivos e nos instiga a questionar. Será que esses 4 milhões de africanos e seus filhos, nascidos posteriormente em terras brasileiras, não participaram na formação do Brasil? Em um primeiro momento nossa resposta é óbvia e simples, sim. Praticamente tudo que fora construído no país, até o final do século XIX, teve participação em maior e menor grau do negro escravo, fugido ou forro. Mas não só da força física desses africanos que a história do país fora construída, mas, sobretudo das influências e trocas culturais, sociais e da capacidade cognitiva, sensível, de luta e articulação. É este outro lado que gostaríamos de frisar. É esta outra história, a história da participação de sujeitos, até então, invisíveis que nos interessa. Primordialmente, como estes aparecem no universo dos livros didático e/ou sua ausência, pois o silêncio muitas vezes tem muito a nos dizer.

Mônica Lima nos diz que essa visão de uma África sem história, foi amplamente endossada pelas justificativas para o tráfico negreiro. Tratava-se de uma visão que negava ao continente o direito a sua história e aos africanos o papel de sujeitos e não apenas objetos de dominação, conversão ou escravização, como de costume (Cf. LIMA, 2006, p. 78).

É neste sentido que os livros didáticos passaram a fazer parte do nosso horizonte de pesquisa, pois, o entendemos como espaços privilegiados de disputas políticas de constituição de identidades. Nele, é possível vermos diferentes personagens e modelos de interpretação em jogo, assim como o currículo, o livro didático é lugar, espaço e território de batalhas de interpretações (Cf. RIBEIRO, In: JESUS et al, 2007, p. 42-43).

Sobre o contexto da implementação da lei 10.639/03, novos livros didáticos foram editados para contemplar as exigências que a lei promulgava. As editoras habilmente trataram de produzir novos manuais que deveriam estar de acordo com a LDB. É nítido que nos últimos anos os temas ligados à cultura afro-brasileira e à África ganharam espaço nas reflexões e ações dos professores pesquisadores, o que, segundo a Maria de Mello e Souza, pode ser constatado pela proliferação dos cursos de formação de professores voltados para o assunto, por meio da produção de materiais didáticos, elaboração de *sites* e publicações de literatura infanto-juvenil e adulta (SOUZA, In: ROCHA, MAGALHÃES, 2012, p. 18).

Assim nossa pesquisa em consonância com a lei tem por intuito maior investigar por meio dos livros didáticos de História adotados pelas escolas públicas do município de Rondonópolis – MT, conforme o PNLD/2008, a definição de sujeito histórico adotado pelos referidos manuais e perceber através de uma sistemática análise quais são os principais sujeitos históricos presentes nas narrativas da história e cultura afro-brasileira, para que assim possamos reconhecer e compreender a especificidade desse tema.

INSCRITOS NAS PÁGINAS DOS LIVROS DIDÁTICOS

Podemos dizer que a história do Brasil começou a ser escrita muito antes da criação do concurso do IHGB, em 1840, que premiou o bávaro Karl Friedrich Phillippe

von Martius, autor de “Como se deve escrever a História do Brasil”, por ter traçado o melhor plano metodológico para se escrever a História do Império Brasileiro. Embora muitos historiadores do século XIX – seguindo os preceitos de Martius – omitissem que a história do Brasil tenha tido seu início antes do contato dos ibéricos com os ameríndios e da vinda dos primeiros africanos para cá e considerem apenas aquilo que ocorreu após a chegada desses europeus, faz-se importante ressaltar que as relações experienciadas por esses sujeitos invisibilizados (ameríndios e africanos) tiveram, igualmente, suas implicações na história de nossa população.

É neste sentido que a obra do historiador Francisco Adolfo de Varnhagem, “*História Geral do Brasil*” (1854-57) endossa essa perspectiva. Estes dois autores contemporâneos, entre si, não ignoravam a presença dos africanos e dos negros da terra, os ameríndios, para formação da população, e por assim dizer, da história do Brasil, contudo dedicavam apenas “algumas linhas” a essa gente, ignorando sua historicidade. Segundo o historiador José Barbosa da Silva Filho (2006), na obra “*Capítulos da história colonial*”, publicada em 1907, de João Capistrano de Abreu, o negro só está presente entre os séculos XVI e XIX, ou seja, durante o período escravista. Silva Filho afirma que Joaquim Manoel de Macedo e Mattoso Maia, professores do Colégio Pedro II e autores de livros didáticos, seguiam as mesmas concepções dos dois historiadores oitocentistas. O autor de *História do negro no Brasil* assevera, ainda, que isso ocorre nos atuais livros didáticos de história. Daí a necessidade de revisarmos e estudarmos as questões propostas por essa pesquisa.

A propósito da metodologia utilizada na pesquisa, optamos por mapear, quantificar e qualificar as coleções adotadas, durante o triênio pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), de 2008, que tivessem sido adotadas nas escolas públicas do município de Rondonópolis – MT. Nosso critério de seleção baseou-se na opção de escolher as obras que estivessem presentes desde o primeiro PNLD/2005 e que tivessem uma significativa quantidade adquirida pelo programa, como mostra o quadro n. 01.

Para que possamos compreender a dinâmica da fabricação desses personagens nas narrativas didáticas é necessário, que apresentemos o funcionamento do Programa Nacional do Livro Didático, sua articulação com os Parâmetros

Curriculares Nacionais (PCN) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e seus desdobramentos na educação.

O Ministério da Educação (MEC) estabelece o PNLD como subsidio ao trabalho pedagógico dos professores, por meio da distribuição das coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. O que devemos ter em mente é que o PNLD é a fase final de um processo muito maior. O MEC lança um edital que contem normas e requisitos que devem ser cumpridos, as editoras se encarregam que alinhar suas coleções conforme exigido pelo Ministério da Educação, que após selecionar as obras mais relevantes, produz o Guia dos Livros didáticos, que contem informações sobre as obras e resenhas críticas sobre cada coleção, de forma extremamente detalhada, como é possível verificar no quadro n. 02.

QUADRO 01: QUANTIDADE DE EXEMPLARES DE LIVROS DIDÁTICOS ADQUIRIDOS POR EDITORA:

EDITORA	PNLD e PNLEM 2005	PNLD e PNLEM 2008	PNLD e PNLEM 2011	TOTAL
MODERNA	9.304.560	43.725.792	27.466.376	80.496.728
FTD	15.516.082	22.996.524	26.011.945	64.524.551
ÁTICA	20.221.180	19.963.930	25.728.190	65.913.300
SARAIVA	14.447.890	15.158.442	21.085.672	50.692.004
SCIPIONE	9.322.375	6.726.080	19.555.764	35.604.219
POSITIVO	8.497.271	5.621.322	3.736.902	17.855.495
BRASIL	5.964.404	3.674.308	1.890.855	11.529.567
ESCALA	0	4.357.947	2.830.595	7.188.542
IBEP	5.671.502	2.605.695	731.261	3.336.956
EDIÇÕES SM	0	0	3.612.642	3.612.642
NOVA GERAÇÃO	4.264.995	1.568.914	1.728.667	7.562.576
BASE	473.979	749.830	507.718	1.731.527
RICHMOND	0	0	0	0
QUINTETO	1.887.208	0	0	1.887.208
MACMILLAN	0	0	0	0

NACIONAL	79.477	0	458.951	538.428
DIMENSÃO	329.761	425.381	66.815	4.921.96
SARANDI	0	536.312	67.642	603.954
TEXTO	0	0	0	0
LAFONTE	0	0	0	0
PEARSON	0	0	0	0
CDE	0	289.394	92.786	382.180
CASA PUBLICADORA	0	88.798	68.909	1.577.07
GRAFSET	0	0	0	0
TERRA SUL	0	0	0	0
FAPI	0	0	8.862	8.862
ZAPT	0	0	0	0
ESFERA	0	0	0	0
AYMARÁ	0	0	1.878	1.878
EDUCARTE	0	1.901	0	1.901
LÊ	0	0	0	0
TOTAL	95.980.684	128.490.570	135.652.430	360.123.684

O programa acontece de forma trienal e distribui aos estudantes do 1º e 2º ano, livros de alfabetização linguística e matemática, já ao 3º ao 5º ano, os alunos, recebem manuais didáticos de língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, história e geografia regional, por sua vez, aos alunos do 6º ao 9º ano, ensino fundamental II – séries que nos dedicaremos a analisar os compêndios de história são entregues coleções de ciências, matemática, língua portuguesa, história, geografia e língua estrangeira moderna (inglês ou espanhol), por fim, ao ensino médio são acrescentados os livros de sociologia, física, química, biologia e filosofia, além dos já distribuídos ao fundamental II.

É ainda importante ressaltar que a lei 10.639/03 modificou o Art. 26 da LDB/1996. Segundo o documento das *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais*, “o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da *identidade*, história e

cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas”.

Havíamos escolhido, em um primeiro momento, oito coleções, das 19 presentes no PNLD/2008. No entanto, ao longo da pesquisa, nos deparamos com dificuldade na aquisição de duas coleções, desta forma uma nova seleção fora feita e acabamos por optar em analisar quatro coleções que nos proporciona-se uma ideia geral de como o tema é abordado nos livros didáticos. Deste modo as coleções selecionadas foram: *Historiador: fazendo, cantando e narrando a história*, *Projeto Araribá – História, Saber e fazer história* e *Descobrimdo a história*. Vale ainda frisar que respectivamente essas coleções faziam parte dos seguintes blocos temáticos: *História temática; História intercalada, História integrada e História Tradicional*, sendo que as coleções foram escolhidas, também, levando em consideração as quatro editoras com a maior distribuição.

Dessas coleções mapeamos um total de 16 livros didáticos, sendo que oito foram editados em 2009 e, os outros 4 editados em 2006. Respectivamente as coleções estavam nas suas 3^a, 4^a e 2^a edição.

QUADRO 03: COLEÇÕES SELECIONADAS POR EDITORA, COM MAIOR NÚMERO ADQUIRIDOS PELO PROGRAMA, E BEM AVALIADOS:

EIXOS TEMÁTICOS	COLEÇÕES SELECIONADAS	EDITORA
HISTÓRIA TEMÁTICA	<i>Historiador: fazendo, cantando e narrando a história</i>	FTD
HISTÓRIA INTEGRADA	<i>Projeto Araribá – História</i>	MODERNA
HISTÓRIA INTERCALADA	<i>Saber e fazer história</i>	SARAIVA
HISTÓRIA TRADICIONAL	<i>Descobrimdo a história</i>	ÁTICA

Imagens como, o negro submisso/passivo a escravidão, uma África já escravizada antes do contato com os europeus, guerra e barbárie, tráfico negreiro,

independências, selva e doenças. Esses são temas, que hora resvalamos nos livros didáticos de história. Lugares comuns que insistimos em transitar. Contudo é necessário que façamos outro caminho.

Fiz até agora uma série de apontamentos, um tanto quanto delicados e que requer algumas considerações, sendo assim, gostaria de pinçar algumas informações a respeito desses temas.

Em primeiro lugar, é fundamental que não nos limitemos a explicar o processo de dominação e escravização dos negros africanos através do dualismo bom e mau, da mesma forma que não podemos aludir que os africanos trazidos para o Brasil eram passivos a sua condição de escravo e assim, crer que não dialogavam entre si para estabelecer movimentos de resistência. Mônica Lima (2006), prescreve que devemos veementemente evitar dividir o mundo em “brancos maus” e “negros bons”, pois, nesse processo de divisão perdemos a essência e o caráter complexo das relações sociais que foram estabelecidas entre esses grupos humanos. Mais do que isso, esvaziamos historicamente essas relações e tudo passa a ser uma questão teológica, quase metafísica.

Não há como uniformizar atitudes, condutas e posturas e idealizarmos um negro sempre ao lado da justiça e da solidariedade. O que podemos e devemos ressaltar são os exemplos destes valores de humanidade, presentes em muitos, e injustamente negados e tornados invisíveis pela sociedade dominante, durante tanto tempo (LIMA, 2006, p. 72).

Devemos sim, ter em mente que África é um espaço de dimensões expressivas. Trata-se de um continente com sociedades afastadas entre si, com dinâmicas sociais distintas umas das outras, por este motivo não formavam uma unidade. Não havia a ideia de africanos, como identidade, durante o período de tráfico negreiro. O que havia era um sentimento de pertencimento ao seu grupo de origem. Lima (2006) nos revela que essa ideia de africano como unidade somente surgiu no século XIX, no contexto a luta contra o tráfico e escravidão, pois até então, não havia nada que ligasse esses grupos entre si, isto é, hauçás, diúlas, bokongos, mbundos e

mandigas ao se sentiam “africanos”, mas se reconheciam como grupo pertencentes a sua organização social.

Quanto à existência da escravidão no continente é certo que ela já existirá, porém assumiu outra forma muito mais devastadora quando os negros africanos passaram a se tornar mercadorias traficadas para o além mar. O infame comércio enfraqueceu diversas sociedades africanas, como também enriqueceu reis e mercadores, além dos comerciantes que trafegavam pelos espaços portuários. O aprisionamento dos escravos, em sua maioria, acontecia por intermédio das guerras e subjugação dos vencidos, porém,

Por meio de guerras mais do que tudo, mas também eram aprisionados em expedições de captura especialmente montadas para este fim. Os envolvidos nisto que depois se chamou de “infame comércio” eram africanos e europeus, inicialmente. E, principalmente a partir do século XVIII, brasileiros – ou residentes no Brasil (LIMA, 2006, p. 93).

As marcas que ficariam grafadas na memória da população teve seu início anterior ao contato dos ibéricos com os ameríndios, em 1500, e antes dos primeiros negros africanos serem trazidos para colônia portuguesa. Embora tenhamos isso em vista, persistimos em reproduzir o erro da “descoberta”, o erro de continuar a entender a história da população brasileira, somente, após o contato e instalação dos portugueses neste lado do Atlântico.

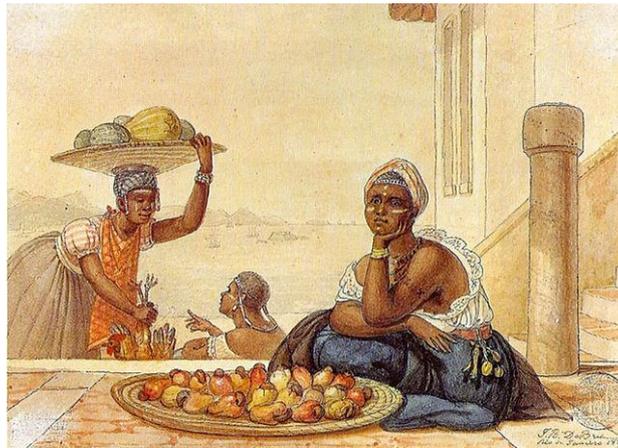
Esse processo de paliar a presença do índio e do negro e sua participação na formação do país precisa e deve ser revista. Não se trata de um mero modismo ou efeméride acadêmica, mas sim de um componente intrínseco de nossa história, parte essencial, e que se continuarmos solapa-lá é provável que nunca consigamos fornecer componentes para que esses sujeitos possam elaborar uma identidade e representação social, justa, sobre si.

Eu defendo a hipótese de que o preconceito e a discriminação que envolvem a população negra no Brasil é reforçada no processo ensino-

aprendizagem de história e isto se explicita na ausência da história da África nos currículos e livros didáticos e na valorização dada ao estudo da história geral, tendo por paradigma a história europeia. *Por isso, precisamos recompor a história ensinada e aprendida no Brasil, tirando do ostracismo aqueles que tiveram sua participação na construção desse país subvertida e/ou silenciada.* (SILVA FILHO, 2006, p. 113 – grifo meu)

Vemos sim, sujeitos invisibilizados, na história. São mulheres, índios, negros africanos e afro-brasileiros que silenciados, não foram capazes de galgar espaço na história da formação do país, salve alguns personagens tidos como heróis de revoltas. Porém, é necessário que friseamos que não estamos almejando o retorno de uma história de heróis, sobretudo a volta de um emaranhado de nomes, mas sim, visamos iluminar a presença do africano e afro-brasileiro na composição cultural, social e econômica do Brasil. Pois devemos enxergá-los, além de meros peões do tabuleiro, estes agentes históricos eram reis, capazes de transitar em diferentes espaços, através dos mais distintos mecanismos fazendo uma verdadeira transposição cultural. Não importava quantas voltas fossem dadas na árvore do esquecimento, em África, a história, a memória e todo aspecto cultural ainda ficava presente naqueles indivíduos, então como ignorar sua presença expressiva em nossa história? Como acreditar que a estes, somente, a senzala e casa grande eram espaços de trânsito?

Jean-Baptiste Debret foi um pintor que integrou a Missão Artística francesa (1816) e que fundou a academia de artes e ofícios, mais tarde Academia Imperial de Belas Artes. O pintor reconhecido como um “artista viajante”, jamais sairá do Rio de Janeiro, onde aportara em 1816. Suas viagens, na verdade, não passavam de pequenas incursões pela margem da cidade, porém a relevância desse artista reside exatamente neste aspecto. Debret, ao não adentrar e palmilhar o interior do Império representou com sensibilidade o cotidiano carioca, onde africanos e afro-brasileiros vivenciavam suas relações de resistência frente ao regime escravocrata. A exemplo disso, temos uma das imagens encontradas, com maior frequência, nos livros didáticos, a aquarela sobre papel de 1827 intitulada “Negra tatuada vendendo caju.”



DEBRET, J. B. **Negra tatuada vendendo caju**. Aquarela sobre papel (1827).

BIBLIOGRAFIA

ABUD, Kátia M. O livro didático e a popularização do saber histórico. In: SILVA, M. A. Repensando a História. São Paulo: Marco Zero, 1986.

BAKKE, Rua Baptista. *Na escola com os orixás: o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da lei 10.639*. Tese (Doutorado em Educação) - São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011.

BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997 (a).

_____. Livros Didáticos entre Textos e Imagens. In BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, pp. 69-90, 2004 (b).

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Hilton. *Para construir outro olhar: notas sobre o ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras*. *Revista História Hoje*. São Paulo, vol. 1, pp. 217-239, 2012

FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo; Rio de Janeiro: IBRASA, 1983.



FLORES, Elio Chaves. Etnicidade e ensino de História: a matriz cultural africana. *Revista Tempo*. Niterói, vol. 11, n. 21, pp. 65-81, abril/junho 2006.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. O Livro Didático de História: Lugar de Memória e Formador de Identidade. Anais do XX Simpósio Nacional de História – ANPUH. Florianópolis, julho 1999.

HALL S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. Ed. Rio de Janeiro: DPA; 2005.

KARNAL, Leandro (org.). *História em Sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

LIMA, Maria Batista. Identidade étnico/racial no Brasil: Uma reflexão teórico-metodológica. *Revista Fórum Identidades*. ano 2, vol. 3, pp. 33-46, jan./jun. 2008.

LIMA, Mônica. *História da África: Temas e questões para a sala de aula*. In: OLIVEIRA, Iolanda e SISS, Ahyas (orgs). *Cadernos PENESB: População negra e Educação Escolar*. (n.7) (novembro 2006) Rio de Janeiro/Niterói – Quartet/EdUFF, 2006.

MATTOS, Hebe Maria. O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003, pp. 127-136.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *Lições sobre a África: Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico (1990-12005)*. Tese (Doutorado em História) - Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

_____. *A África não está em nós: A História africana no imaginário de estudantes do Recôncavo Baiano*. Fronteiras, Dourados, MS, v. 11, n. 20, jul./dez. 2009.

_____. *A história africana nas escolas brasileiras. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006)*. Revista HISTÓRIA, V. 146, n. 28. 2009.

PESAVENTO, Sandra J. Em Busca de uma outra história: Imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 15, n. 29, pp. 9-27, 1995.

PINSKY, Jaime (org.). *O Ensino de História e a criação do fato*. Ed. rev. ampliada. São Paulo: Contexto, 2009.

PRIORE, Mary del; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

RIBEIRO, R. R. *Livros Didáticos de História: trajetórias em movimento*. In: RIBEIRO, R. R., CEREZER, O. M., JESUS, N. M.. (Org.). *Ensino de História: trajetórias em movimento*. 1ed. Cáceres/MT: Editora da UNEMAT, 2007, v. , p. 41-53.



SANTOS, Gislene Aparecida dos. Selvagens, Exóticos, Demoníacos. Ideias e Imagens sobre uma gente de cor Preta. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: ano 24, n. 02, pp. 275-289, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA FILHO, José Barbosa. História do Negro no Brasil. In: OLIVEIRA, Iolanda e SISS, Ahyas (orgs). *Cadernos PENESB: População negra e Educação Escolar*. (n.7) (novembro 2006) Rio de Janeiro/Niterói – Quartet/EdUFF, 2006.

SOUZA, Marina de Mello e. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de História da África. *Revista História Hoje*. São Paulo, vol. 1, p. 17-28, 2012.

_____. *História da África: um continente de possibilidades*. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo e GONTIJO, Rebeca (orgs). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, p. 165-180.

TELES, Luciano Everton Costa. *Um olhar sobre a historiografia africana e afro-brasileira*. *Revista História Hoje*. São Paulo, vol. 1, pp. 239-253, 2012.